

PNAD 2006

Primeiras Análises

Demografia, educação, trabalho,
previdência, desigualdade de renda e
pobreza

Ipea,

Brasília / Rio de Janeiro, setembro de 2007

Coordenação

Marcio Pochmann

Jorge Abrahão

José Celso Cardoso

Sergei Soares

Elaboração

Ana Amélia Camarano

Ana Flávia Machado

Ana Luiza Codes

André Campos

Fernando Gaiger

Herton Araújo

Lauro Ramos

Maria da Piedade

Paulo Corbucci

Ricardo L. C. Amorim

Sergei Soares

Colaboração

Bernardo Campolina

PNAD 2006, PRIMEIRAS ANÁLISES

A última PNAD lança luz sobre aspectos das mudanças recentes vividas pelo Brasil. Diante disso, é importante saber quais são e perceber o sentido e a trajetória desses fenômenos. Para tanto, este caderno descreve os movimentos em duas partes:

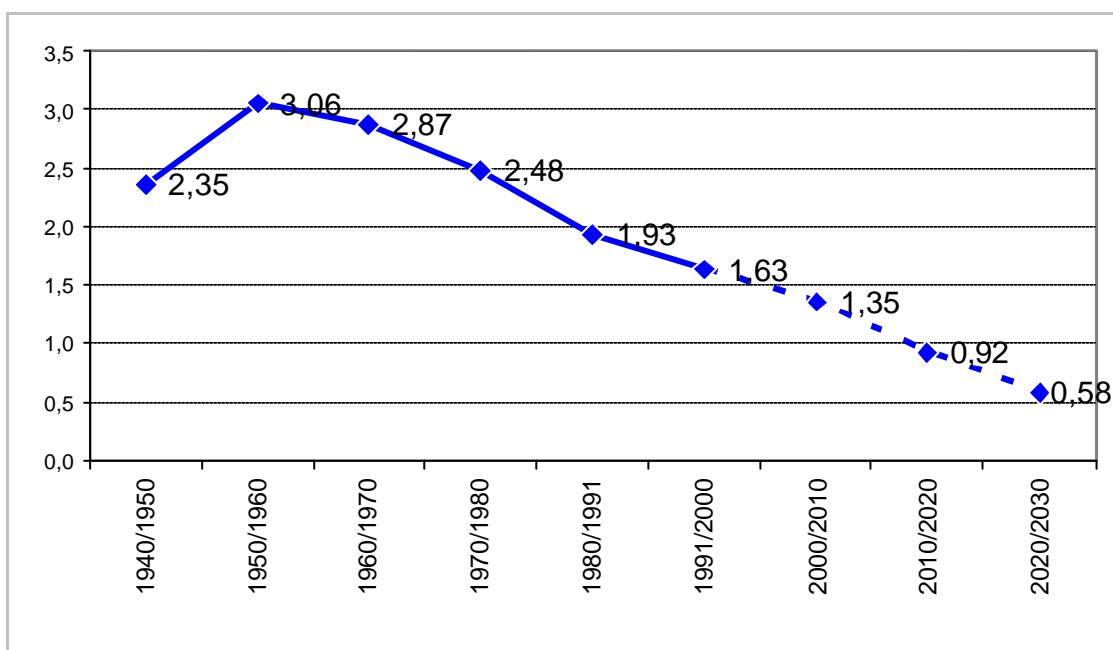
- A) as mudanças na estrutura social;
- B) o sentido da inclusão social.

A. As mudanças na estrutura social

Os movimentos apontam tendências e novidades que indicam um novo futuro familiar, etário e migratório. Entre eles, cabe destaque para:

A1. Taxa de fecundidade

Gráfico 1 - Taxa de crescimento médio anual da população brasileira (1940 a 2030)



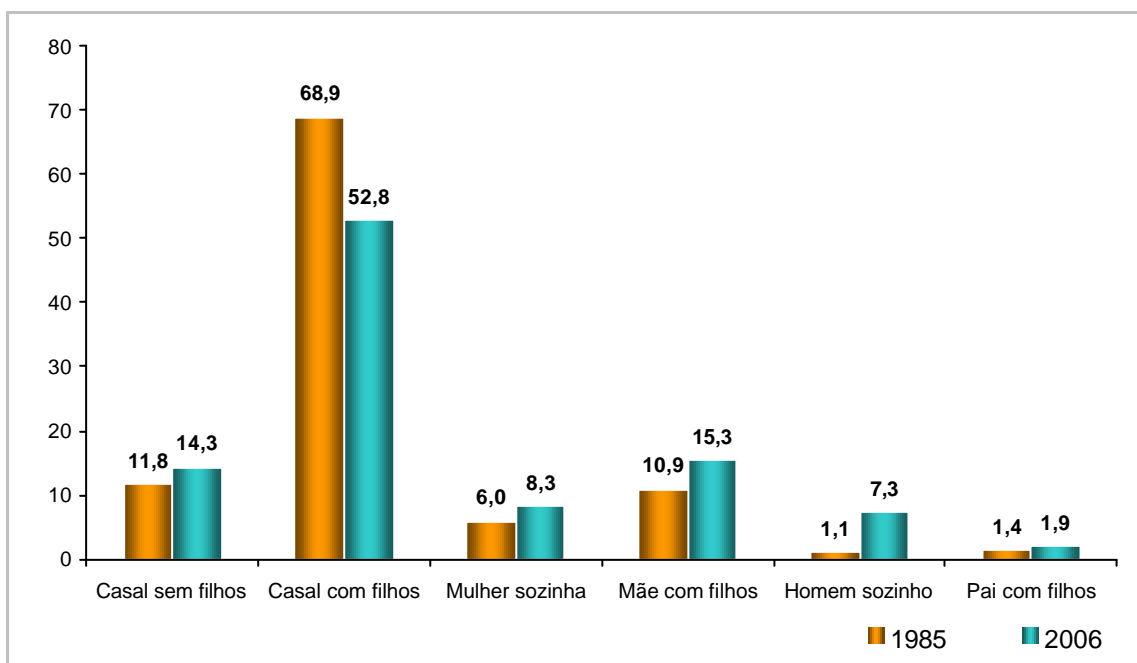
Fonte: IBGE/Censo Demográfico de 1940 a 2000; Ministério da Saúde (SIM).

Consolidou-se a diminuição da taxa de fecundidade no país. Na PNAD 2006, a taxa brasileira é inferior a 2 filhos por mulher. A queda mais expressiva da fecundidade foi no grupo das mulheres entre 40 a 49 anos e menor para as adolescentes, de 15 a 19 anos. Com essa queda na fecundidade, iniciada já na década de 1960, espera-se que a população brasileira atinja seu máximo em 2035, chegando a 225,3 milhões de habitantes, e inicie seu declínio em termos absolutos a partir de então (gráfico 1).

As regiões com indicadores sociais menos favoráveis foram os que apresentaram maiores quedas na fecundidade por mulher. A região Nordeste, por exemplo, alcançou a maior redução, passando de 3,4 filhos por mulher, em 1992, para 2,3, em 2006. As regiões Norte e Centro-Oeste seguiram de perto essa tendência. Isso implica em uma convergência de indicadores com as regiões mais ricas do país, levando um diferencial que era de 1,2 filhos por mulher em 1992, para 0,5 em 2006.

Além disso, as mulheres deram um enorme salto no mercado de trabalho, representando hoje mais da metade da PEA (52,6%), enquanto em 1980 não ultrapassava os 30,1%

Gráfico 2 - Distribuição percentual dos arranjos familiares brasileiros pelo tipo de arranjo.



Fonte: IBGE/PNAD de 1985 e 2006. Elaboração IPEA.

Vale destacar que:

1) cresceu a proporção de domicílios unipessoais. Estes eram 7,1% do total, em 1985, e alcançaram 15,6% em 2006 (gráfico 2);

A2. Migração

Tabela 1. Saldo Migratório dos Estados Brasileiros 1992 a 2006 (média anual)

UF	Década de 1990	2001 a 2005	2006
	Saldo	Saldo	Saldo
Acre	4.073	- 724	4.608
Alagoas	-41.516	-43.952	-35.125
Amapá	19.427	11.201	-1.946
Amazonas	5.580	-611	-2.808
Bahia	-220.850	-39.409	33.017
Ceará	-14.277	31.705	38.329
DF	62.643	-34.147	-12.784
Espírito Santo	63.637	39.741	55.351
Goiás	39.754	135.567	73.560
Maranhão	-67.684	-71.919	-66.707
Mato Grosso	31.612	88.794	56.512
Mato Grosso do Sul	-1.507	15.734	39.818
Minas Gerais	35.435	47.360	39.435
Pará	-98.703	10.795	23.432

Paraíba	- 12.018	10.200	- 25.661
Paraná	- 47.844	- 21.887	- 11.919
Pernambuco	- 113.576	- 10.221	- 10.044
Piauí	- 21.286	- 8.103	- 11.352
Rio de Janeiro	- 109.219	- 78.433	- 41.596
Rio Grande do Norte	7.164	24.886	30.423
Rio Grande do Sul	- 15.096	- 27.391	- 37.493
Rondônia	- 17.221	- 22.493	- 20.801
Roraima	14.911	21.010	29.531
Santa Catarina	47.391	76.783	89.946
São Paulo	400.880	- 126.943	- 207.098
Sergipe	3.276	- 3.291	- 6.303
Tocantins	45.015	- 24.255	- 22.325

Fonte: IBGE/PNADs 1992 a 2006. Elaboração: IPEA.

O fluxo populacional consolida uma tendência importante: a reversão do movimento migratório tradicional (tabela 1).

São Paulo, tido como atrator líquido de pessoas, viu a entrada líquida de novos moradores cair de um superávit de 400 mil habitantes, durante a década de 1990, para uma saída líquida igual a 207 mil só em 2006.

Brasília, na década de 1990, mantinha um saldo de 63 mil novos habitantes por ano. Em 2006, observou uma saída líquida de 13 mil.

Bahia, que perdia uma população igual a 221 mil habitantes na década 1990, teve uma entrada líquida de 33 mil, em 2006.

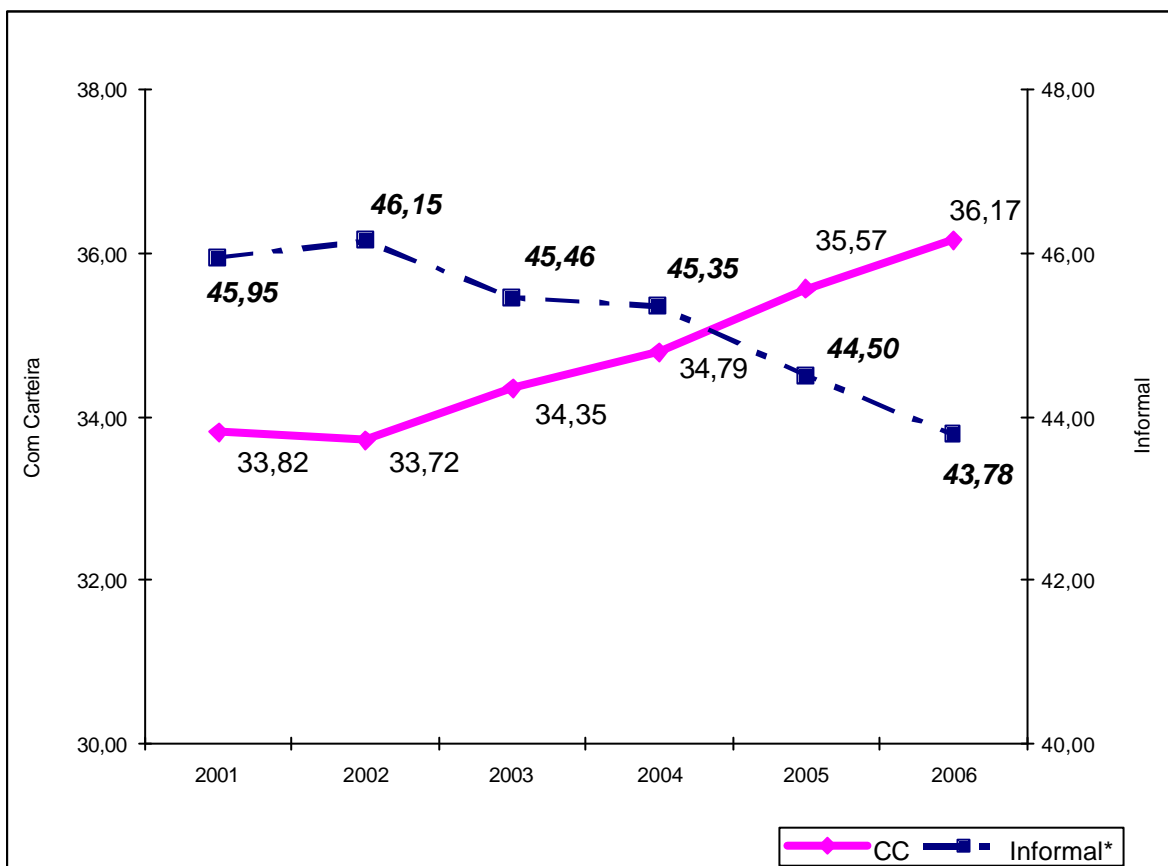
Esses processos juntos implicam em fenômenos de longo prazo que alteram a face demográfica do Brasil. Em primeiro lugar, a queda na fecundidade somada à ampliação da longevidade tem resultado em claro envelhecimento populacional e mudança em toda pirâmide etária brasileira. É claro que isso implicará em renovadas demandas por políticas públicas e diferentes pressões pela distribuição dos recursos na sociedade. Além disso, apesar da redução do tamanho das famílias, do enorme crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho e da convergência dos indicadores demográficos para situações semelhantes à de países maduros, há que se notar ainda que a distância entre as regiões ainda é muito grande e a lentidão da convergência pode ocupar a vida de mais de uma geração para que se alcance um padrão razoável e homogêneo em todo o país.

3. Mercado de trabalho e emprego

A PNAD 2006 revela dados bastante positivos no que tange ao mercado de trabalho. Confirma-se duas importantes tendências para o emprego nos anos recentes:

Há um crescimento expressivo da geração de novas ocupações desde 2004 e grande parte delas formais (gráfico 3, próxima página).

Gráfico 3 - Percentual das Ocupações Informais e dos Empregos com Carteira assinada (em percentual)



Fonte: PNAD/IBGE

Em consequência da composição da expansão da ocupação, o grau de informalidade caiu, dando continuidade, e até aprofundando, a tendência esboçada nos dois anos anteriores. Os dados da PNAD 2006 permitem dizer que o grau de informalidade passou de 56,4% do total de trabalhadores ocupados (soma dos com carteira e informais do gráfico 3), em 2005, para 55,1% em 2006. Restringindo-se aos vínculos mais concretos (assalariamento remunerado, trabalho autônomo e empregadores), a informalidade passou de 50,8 para 49,8 nesse período, levando a um aumento do percentual de trabalhadores que contribuem para a previdência (47,4%, em 2005, e 48,8%, em 2006).

Tabela 2 - PIB vs. Ocupação/Emprego

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Var. PIB	1,3	2,7	1,2	5,7	2,9	3,7
Var. Ocupação		4,6	1,5	5,5	3,1	2,4
Var. Emprego Assalariado (1)		4,7	1,8	7,1	2,9	4,2

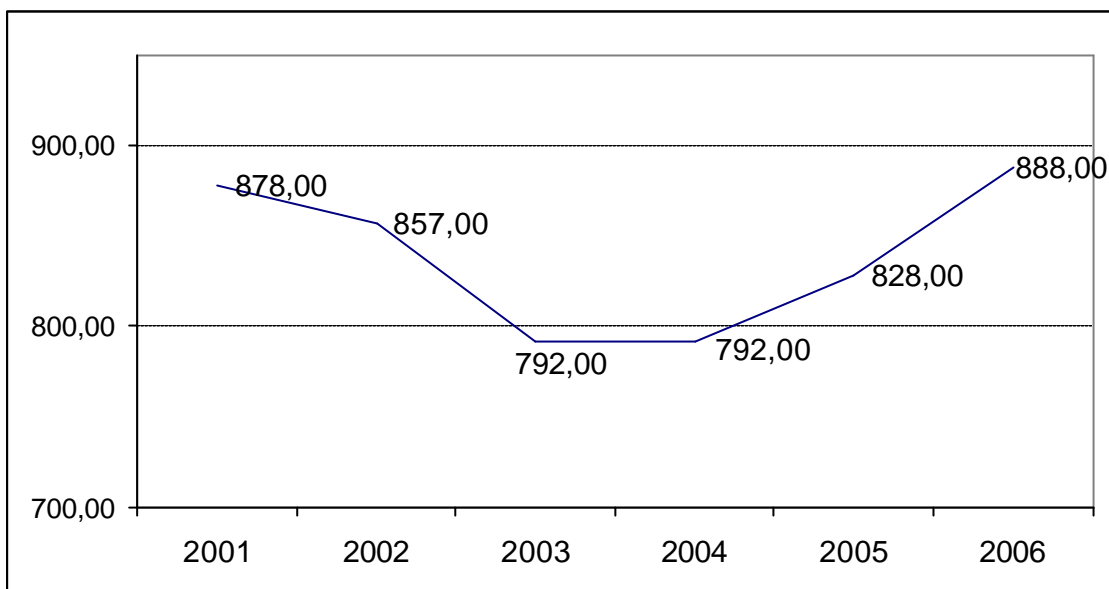
Fonte: SIDRA, PNAD microdados e Boletim Banco Central (Não inclui trabalhadores domésticos ou sem remuneração).

O crescimento do número de postos de trabalho com carteira assinada abertos tem acompanhado muito de perto o comportamento do PIB brasileiro (tabela 2).

Vale destacar que a expansão anual do nível de ocupação foi de 3,4%, passando de 75,5 milhões de ocupados, em 2001, para 89,3 milhões em 2006, superando inclusive o crescimento da produção. Isso é algo novo no mercado de trabalho em relação à década anterior, quando se chegou a registrar crescimento do produto e queda no emprego.

O setor privado vem contratando fortemente com carteira assinada. Em 2001, os formalizados representavam 29,4% dos ocupados e já, em 2006, a taxa cresce para 31,7%, representando um aumento de cerca de 6 milhões de pessoas;

Gráfico 4 - Rendimento médio mensal de todos os trabalhos (em Reais de setembro de 2006)

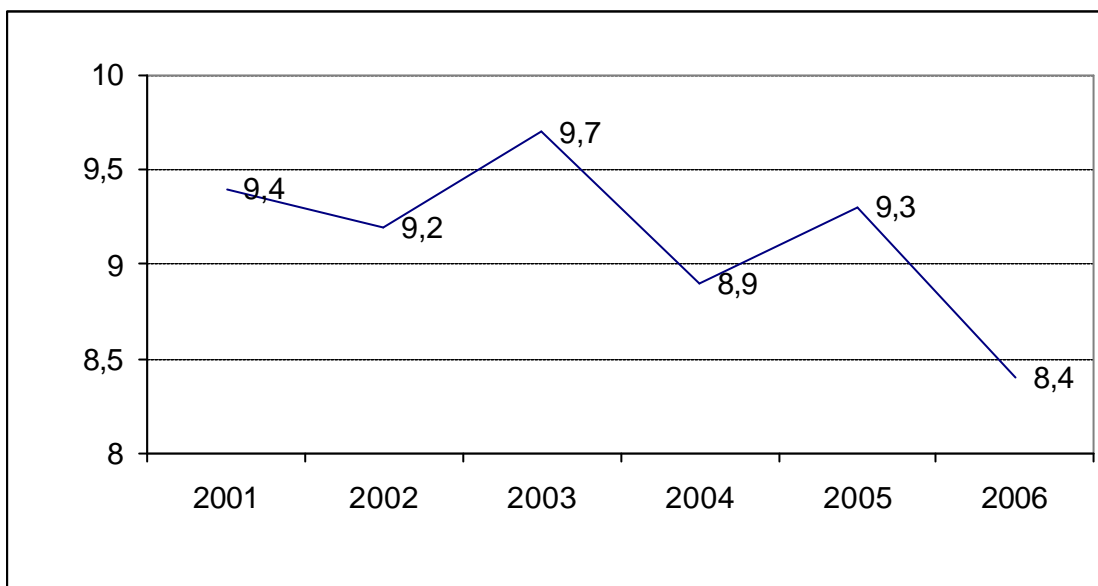


Fonte: PNAD/IBGE (Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá).

O rendimento médio real cresceu nos anos 2004-06, depois de uma queda contínua no período 1997-2003. Nos dois últimos anos, saltou de um patamar de menos de R\$ 800 para quase R\$ 900 (valores de setembro de 2006), aproximando-se do valor vigente logo após o lançamento do Plano Real, em termos reais. Se a análise restringir-se aos ocupados com remuneração, o crescimento é acima de 7%, atingindo o maior patamar desde 1996¹. Isto é um resultado esperado do crescimento expressivo das contratações dos últimos anos. Associado com a expansão dos empregos, significa que a massa salarial está crescendo, o que contribui para a sustentabilidade do próprio ciclo de crescimento (gráfico 4);

¹ A inclusão da área rural da região Norte a partir de 2004, que representa cerca de 2% da população investigada pela PNAD, não altera qualitativamente essa constatação.

Gráfico 5 - Taxa de Desemprego (em percentual)



Fonte: PNAD/IBGE (Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá).

A taxa de desemprego caiu para 8,4% da PEA, o menor nível da década, refletindo o aquecimento da demanda e, em parte, a queda da taxa de atividade comentada a seguir (gráfico 5);

A taxa de participação², que representa o percentual das pessoas que podem ingressar no mercado que de fato o fazem, cresceu de 59,3% para 61,2%, entre 2001 e 2006. Dados o aumento dos rendimentos e a queda da taxa de desemprego, esse movimento era esperado e positivo, pois indica que os trabalhadores estão mais animados a procurar vagas no mercado de trabalho;

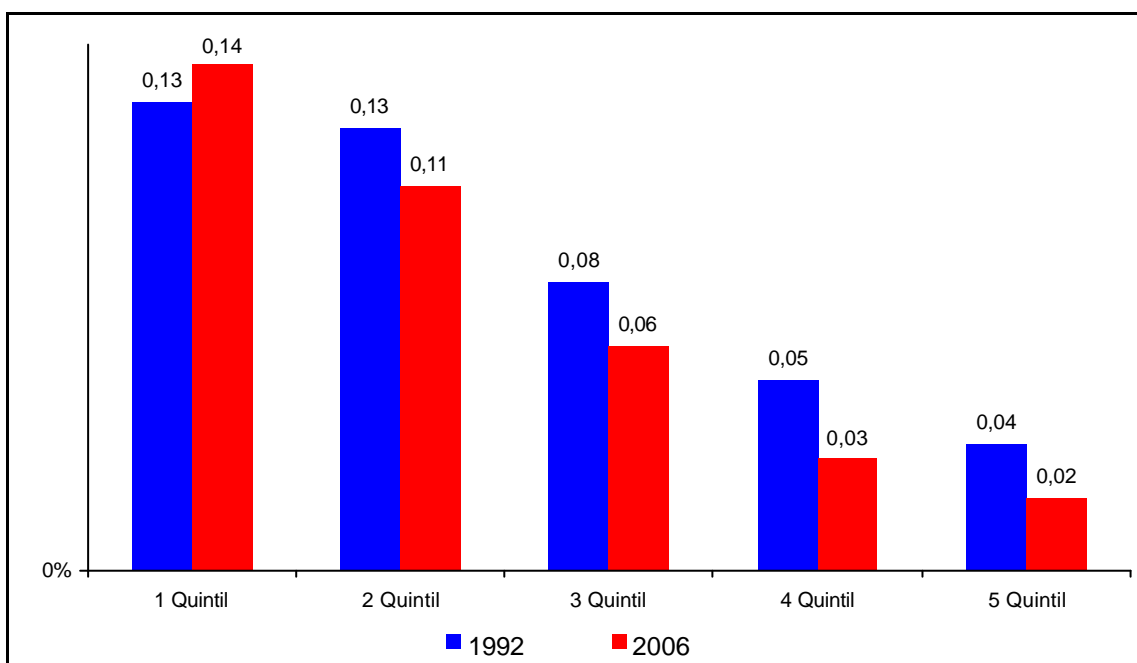
² A taxa é calculada dividindo-se a PEA pela PIA (PEA÷PIA).

B. O sentido da inclusão social

A inclusão social, entendida como o acesso a bens e serviços tidos como socialmente necessários, revela uma melhora. Porém, dadas as distâncias históricas, ainda não foi possível vislumbrar mudanças que aproximem o país dos países de elevado bem-estar social. Mesmo assim, cabe destacar:

B1. Taxa de fecundidade

Gráfico 6 - Taxa de fecundidade das mulheres de 15 a 19 anos por quintil de renda - Brasil, 1992 e 2006 (do quinto mais pobre ao mais rico)



Fonte: IBGE/PNAD de 1992 e 2006. Elaboração IPEA.

Apesar da aproximação do Brasil dos números de países demograficamente maduros, há um dado preocupante: a gravidez juvenil.

1. a queda da gravidez juvenil em todo o Brasil não é acompanhada pela região Norte;
2. **mais grave:** na faixa mais pobre a taxa de fecundidade adolescente cresceu (gráfico 6). Dentre as mães adolescentes, 54% vivem na casa dos pais ou avós.

B2. Inclusão da mulher no mercado de trabalho

As mulheres deram um enorme salto no mercado de trabalho e representam hoje mais da metade da PEA (52,6%), enquanto em 1980 não ultrapassavam os 30,1%. Naturalmente isso é acompanhado do aumento da importância da renda feminina no orçamento familiar. Em 1992, essa participação era de 30,1%, passando para 40,1% em 2006;

3. Educação

Os avanços sociais dos últimos anos são ainda incapazes de vencer as desigualdades regionais. Para melhor análise, cabe destacar:

Taxa de analfabetismo

Tabela 3 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade – Brasil e Grandes Regiões 1995 – 2006

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3	11,2	10,4	10,6	10,2	9,4	9,1
Nordeste	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6	24,3	23,4	23,2	22,4	21,9	20,7
Sudeste	9,3	8,7	8,6	8,1	7,8	7,5	7,2	6,8	6,6	6,5	6,0
Sul	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8	7,1	6,7	6,4	6,3	5,9	5,7
Centro-Oeste	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8	10,2	9,6	9,5	9,2	8,9	8,3
Brasil	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3	12,4	11,8	11,6	11,2	10,9	10,2

Fonte: Pnad/IBGE; Elaboração: Disoc/Ipea (exclusive as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima).

Os resultados divulgados pelo IBGE evidenciam redução da taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais. A queda de 0,7 p.p em relação a 2005 fez recuar o índice brasileiro para 10,2%. Trata-se da maior redução em pontos percentuais desde 1998. Em termos absolutos, coube à região Nordeste a maior redução, 1,2 p.p (Tabela 3).

Não obstante essa redução, a taxa de analfabetismo ainda se situa acima de 20% na região Nordeste, ou seja, o dobro da média nacional, e bastante acima das taxas no Sul-Sudeste, que não ultrapassam 6%. Com isso, aquela região ainda concentra 53% do total de analfabetos brasileiros nessa faixa etária.

Tanto no Nordeste, como no Brasil como um todo, cerca de 90% dos analfabetos estão na faixa etária de 25 anos ou mais, sendo que a maior concentração, em números absolutos e relativos, recai sobre os idosos.

Tabela 4 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 a 24 anos de idade – Brasil e Grandes Regiões 1995 – 2006

	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Norte ¹	4,6	4,1	4,9	4,0	4,0	4,0	2,8	2,8	2,6	2,0	2,1
Nordeste	17,1	15,3	15,1	13,0	11,4	9,6	8,4	7,9	7,2	6,3	5,3
Sudeste	2,4	2,2	2,3	1,9	1,8	1,6	1,5	1,2	1,0	1,1	1,0
Sul	2,6	2,4	1,9	1,7	1,8	1,4	1,1	1,2	1,0	1,2	0,9
Centro-Oeste	3,9	3,2	3,0	3,0	2,2	2,1	1,8	1,5	1,3	1,3	1,0
Brasil	7,2	6,5	6,4	5,4	4,9	4,2	3,7	3,4	3,0	2,8	2,3

Fonte: Pnad/IBGE; elaboração: Disoc/Ipea (exclusive as áreas rurais dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima).

Mas é entre os jovens de 15 a 24 anos que a redução apresenta maiores impactos no médio prazo. Para esse grupo, reduziu-se em 17% a taxa de 2005 para 2006. Todavia, mesmo com a redução significativa, as disparidades regionais permanecem elevadas: as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul registraram taxa de analfabetismo em torno de 1% nessa faixa etária, e o Nordeste apresenta um índice que é quase cinco vezes maior que o dessas regiões. (Tabela 4)

Anos de estudo

O número médio de anos de estudo também apresentou melhoria na população de 15 anos ou mais. Tanto para o Brasil, como para todas as regiões, houve aumento de 0,2 ano de estudo em relação a 2005. Com isso, a taxa média brasileira atingiu 7,2 anos, tendo como extremos as regiões Sudeste (7,9 anos) e Nordeste (5,8 anos). Contudo, isso revela que apenas a primeira região está em vias de atingir, ao menos em termos médios, a escolarização mínima obrigatória de oito anos de estudos, estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

Taxa de escolarização

Também esse indicador educacional revela avanços, em relação a 2005, por faixas etárias. As crianças de 4 a 6 anos foram as que tiveram maior incremento absoluto

(4%), de modo que sua taxa de escolarização ampliou-se para 76,7%³. Na população de 7 a 14 anos, o aumento foi de 0,3%, o que fez com que a média nacional atingisse 97,6%. Considerando-se que, neste caso, o índice já se aproxima da universalização, a tendência futura será de pouca variação. Entre os jovens de 15 a 17 anos, o aumento médio foi de 0,5%. Trata-se de um fato significativo, haja vista que no ano anterior a tendência apontava em sentido inverso. Essa ampliação foi favorecida pelo desempenho das regiões Centro-Oeste e Norte, que tiveram aumentos superiores a um ponto percentual, ou seja, mais que o dobro da média nacional e sinalizando uma aproximação crescente entre as regiões⁴.

Ensino superior

É interessante notar o grande avanço neste nível de escolaridade. Inclusive, o aumento da frequência líquida na faixa etária de 18 a 24 anos é provável que esteja ligada aos efeitos da política de ampliação do acesso à educação superior, encampada pelo Ministério da Educação. Esta vem sendo estruturada por três linhas de ação:

1. ampliação das vagas nas instituições federais de ensino;
2. ampliação do Financiamento Estudantil (Fies);
3. instituição do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Levando-se todo esse avanço em conta, sabe-se, porém, que o número médio de anos de estudo no Brasil ainda se encontra em patamar bastante insatisfatório pelo fato de ser elevada a proporção de analfabetos e analfabetos funcionais entre adultos e idosos. Logo, ampliar o acesso a cursos na modalidade de educação de jovens e adultos, a esses segmentos populacionais, implicará na aceleração do crescimento da escolaridade média da população brasileira. Por outro lado, assegurar a conclusão do ensino fundamental a todos os brasileiros, na idade adequada, met a esta que integra o

³ É plausível supor que esse aumento esteja relacionado com a mudança no quadro legal, que ampliou o ensino fundamental para nove anos, com início aos seis anos de idade.

⁴ É preciso estar atento, pois a taxa de escolarização pode refletir aspectos positivos e negativos. Até a idade de 14 anos, quanto maior for o índice, tanto melhor. Mas, a partir daí, uma taxa elevada pode encobrir altos índices de distorção idade-série. Por exemplo, 82% da população de 15 a 17 anos freqüentavam a escola, em 2006, mas apenas 48% cursavam pelo menos o ensino médio, que corresponde ao nível adequado a essa faixa etária.

compromisso do governo brasileiro no âmbito dos Objetivos do Milênio, não apenas concorrerá para ampliar o nível médio de escolaridade da população brasileira, como também favorecerá a progressiva obrigatoriedade do ensino médio, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nesse sentido, a elevação do número médio de anos de estudo da população brasileira, a um patamar aceitável, dependerá em grande medida dos avanços que forem logrados no âmbito da educação de jovens e adultos e em relação à universalização da conclusão do ensino fundamental.

B3. Inclusão no mercado de trabalho

A PNAD 2006 revela dados bastante positivos no que tange ao mercado de trabalho. Confirma-se duas importantes tendências para o emprego nos anos recentes: 1. há um crescimento expressivo da geração de novas ocupações desde 2004 e grande parte deles formais; 2. o crescimento do número de postos de trabalho com carteira assinada abertos tem acompanhado muito de perto o comportamento do PIB brasileiro. Dentro disso, vale destacar:

Taxa de atividade

Caiu de 62,9% para 62,4% entre 2001 e 2006, refletindo um movimento positivo, dado o bom momento do mercado de trabalho. Acredita-se que houve um relaxamento da restrição orçamentária familiar, permitindo que alguns de seus membros tenham se retirado do mercado de trabalho e voltado a exercer suas atividades preferenciais (estudo, por exemplo). Além disso, a queda foi concentrada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que permite conjecturar que possa ter sido em parte um efeito colateral do programa bolsa família, que teria possibilitado o abandono de atividades bastante precárias, antes imperativas por questões de sobrevivência;

Trabalho formal versus informal

Um aspecto bastante alvissareiro é que dos 2,128 milhões de “postos de trabalho” criados, em termos líquidos, entre 2005 e 2006, apenas 5.000 foram gerados no âmbito do dito setor informal (sem carteira, conta própria, não remunerados e atividades para fins próprios). O restante – 2,013 milhões – estão associados a ocupações e formas de inserção associados, em princípio, a empregos de maior qualidade (voltar ao gráfico 3);

Trabalho Infantil

No item trabalho infantil, os dados da PNAD 2006 mostram um caminho promissor que deve ser enfatizado para superar esse grave problema social. Para as crianças 5 a 9 anos de idade, por exemplo, observa-se:

1. Redução absoluta do número de crianças trabalhando entre 2005 e 2006: de 264.614, em 2005, para 213.822, em 2006. Em termos relativos, a proporção passou de 1,6% para 1,3% de crianças ocupadas na faixa etária compreendida entre 5 e 9 anos;
2. Diminuição, no período de 2002 a 2006, na média das horas semanais trabalhadas de 12,3 para 10,5 horas semanais;
3. Menor proporção de crianças ocupadas em serviço doméstico não remunerado, mas ainda um aumento no trabalho para consumo próprio;

Trabalho de jovens

Já para os jovens entre 10 a 17 anos, verifica-se que:

1. A taxa de desemprego cai nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte entre 2005 e 2006;
2. Também cai a taxa de atividade de jovens entre 2005 e 2006;
3. Reduz-se a proporção de jovens ocupados no setor agrícola entre 2005 e 2006;
4. entre 2005 e 2006, identifica-se acréscimo de 27% para 35% da parcela de jovens ocupados que freqüentam o Ensino Médio.

Escolaridade versus ocupação

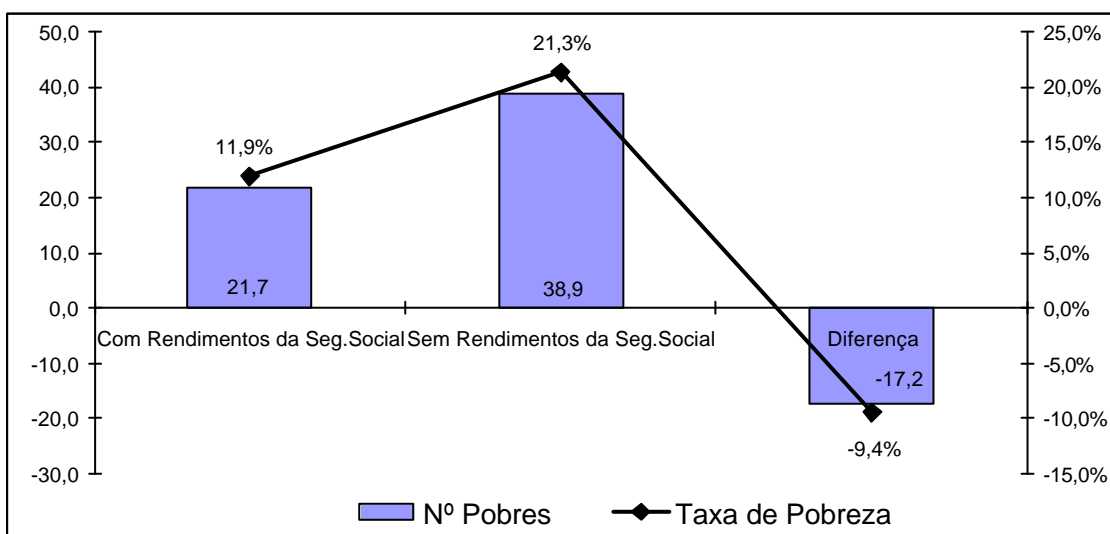
A situação de um mercado de trabalho com largas sobras de mão-de-obra permite uma seletividade que está excluindo os de menor escolaridade. Por exemplo, a parcela da população ocupada com pelo menos 11 anos completos de estudo (ensino básico concluído) praticamente triplicou entre 1992 e 2006, passando de 11,9 milhões para 33,5 milhões de trabalhadores do início ao final do período. Em 2006, eles já representavam três em cada oito ocupados (37,5%). Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados (até 3 anos de estudo, menos que o antigo

primário completo) vêm perdendo espaço no contingente total de ocupados, ano após ano: em 1992 a participação desse grupo de pessoas era de 25,6%, reduzindo-se para 19,7% em 2006.

B4. Seguridade Social e Pobreza

A seguridade social desempenha um papel crucial para a redução da extrema pobreza no Brasil. As transferências monetárias da previdência social (aposentadorias, auxílios, pensões e outras – como o salário-maternidade e o salário-família) colaboram decisivamente para a diminuição da indigência no país, sendo que o mesmo pode ser dito a respeito das transferências da assistência social (benefício de prestação continuada) (gráfico 7).

Gráfico 7 – Número e taxa de pessoas em extrema pobreza



Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA.

De acordo com a PNAD 2006, o número de pessoas em condições de extrema pobreza é hoje de 21,7 milhões em todo o Brasil (considerando-se em extrema pobreza os indivíduos que sobrevivem com renda domiciliar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo). Entretanto, se fossem retirados da renda domiciliar os benefícios da previdência e da assistência, verifica-se que o número de extremamente pobres subiria para 38,9 milhões.

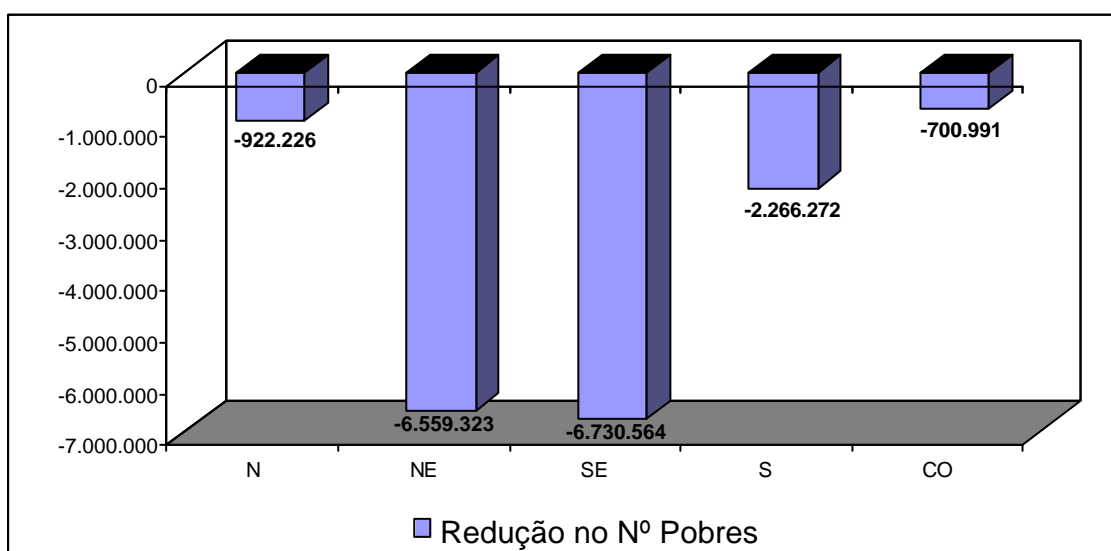
Ou seja, sozinha, a seguridade social garante que 17,2 milhões de pessoas saiam da situação de indigência no país.

Tabela 5 - Número de extremamente pobres e taxa, por regiões

	Nº de Pobres se fosse retirada a Seguridade Social (A)	Redução no Nº de pobres com a Seguridade Social(B)	Proporção (B)/(A) (%)
N	3.332.869	-922.226	-27,7
NE	19.339.192	-6.559.323	-33,9
SE	10.957.935	-6.730.564	-61,4
S	3.690.546	-2.266.272	-61,4
CO	1.595.236	-700.991	-43,9
Total	38.915.778	-17.179.376	-44,1

Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA.

Gráfico 8 - Número de extremamente pobres por regiões



Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA.

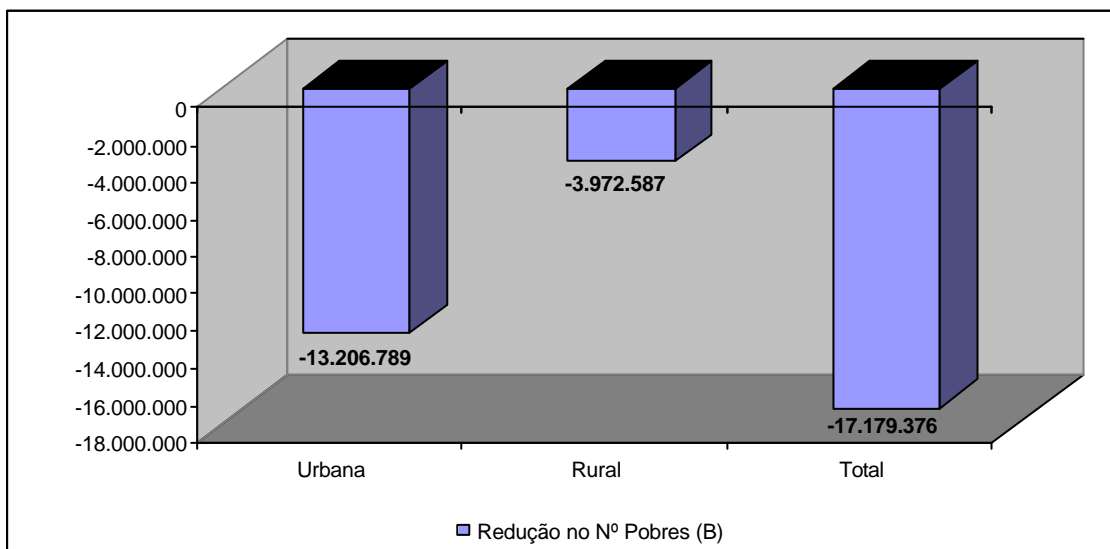
Em números, o impacto da seguridade social sobre a extrema pobreza é particularmente forte nas duas regiões mais populosas do país – o Nordeste e o Sudeste. Na primeira região, 6,6 milhões de indivíduos deixam de ser indigentes por conta das transferências da previdência e da assistência, ao passo que na segunda são 6,7 milhões. Já em percentuais, segundo a PNAD 2006, a seguridade tem maior impacto no Sudeste e no Sul. A extrema pobreza reduz-se em 61,4% em ambas as regiões por conta das aposentadorias, auxílios, pensões etc. (Tabela 5 e Gráfico 8)

Tabela 6 - Número de pobres por áreas

	Nº Pobres sem Rendimentos da Seguridade Social (A)	Redução no Nº de Pobres (B)	Proporção (B)/(A) (%)
Urbana	26.049.681	-13.206.789	-50,7
Rural	12.866.097	-3.972.587	-30,9
Total	38.915.778	-17.179.376	-44,1

Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA.

Gráfico 9 - Número de extremamente pobres por áreas



Fonte: IBGE/PNAD 2006. Elaboração: IPEA.

As áreas urbanas são especialmente favorecidas pela seguridade social. Nada menos que 13,2 milhões de pessoas saem da indigência por conta dos benefícios previdenciários e assistenciais, o que representa uma redução de 50,7% no número de extremamente pobres. Mas as áreas rurais também se beneficiam com a seguridade, de acordo com a PNAD 2006. Quase 4 milhões de indivíduos abandonam a indigência, uma diminuição de 30,9% na quantidade de pessoas originalmente nessa condição. (Tabela 6 e Gráfico 9)

Em números absolutos, o impacto da seguridade social é mais evidente entre a população feminina, entre os negros e entre os de menor instrução. As transferências da previdência e da assistência permitem que 9,6 milhões de mulheres, 9,1 milhões de negros e 14,5 milhões de indivíduos com menos de 8 anos de estudo deixem a extrema pobreza.

Não obstante, em termos percentuais, a seguridade tem mais impacto sobre as mulheres, não-negras e mais instruídas, pois reduz a indigência em 46,5%, 57,3% e 63,9% em cada um desses grupos, respectivamente.

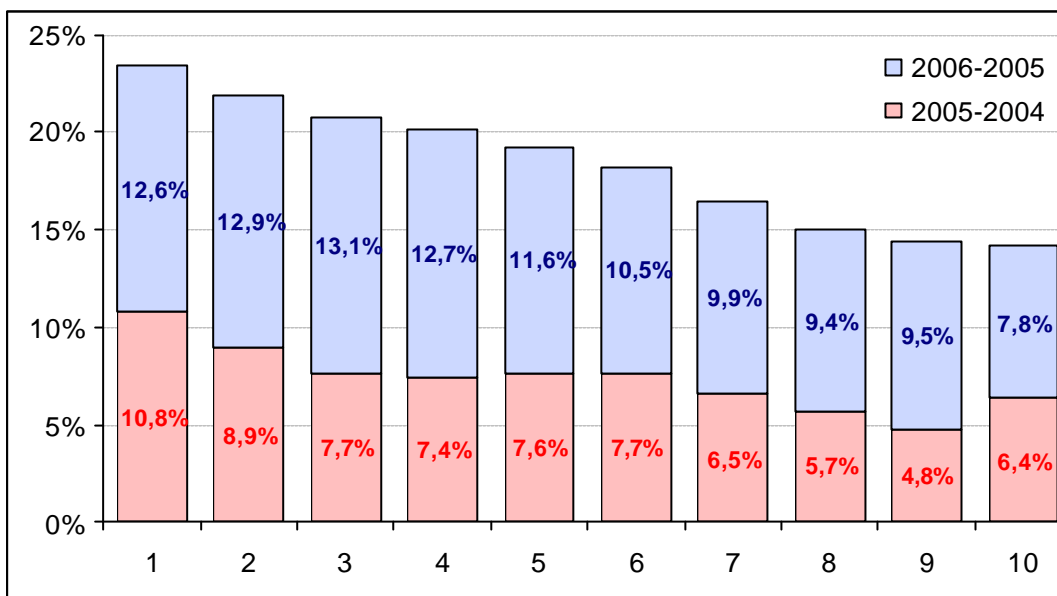
Enfim, a PNAD 2006 mostra que a seguridade social tem efeitos sensíveis sobre a extrema pobreza no Brasil. Cerca de 17,2 milhões de pessoas saem dessa condição por conta dos benefícios previdenciários e assistenciais, o que representa uma redução de 44,1% no número estimado de indigentes no país, caso tais benefícios não existissem.

B5. Distribuição de renda e pobreza

Os dados da PNAD 2006 captam de forma acurada os rendimentos do trabalho, das aposentadorias e pensões, mas não aqueles associados a ganhos de capital. Mesmo com essa ressalva, a partir de 2001, a PNAD passou a apontar uma queda contínua na desigualdade da distribuição de renda no Brasil. O índice de Gini reflete essa queda, passando de 0,593 em 2001 para 0,559 em 2006 (quanto menor o índice, melhor a distribuição)⁵.

⁵ O Índice de Gini estabelece uma relação entre a que seria uma perfeita distribuição de renda e o que se tem na realidade. O indicador, portanto, mede exatamente a distância entre uma situação e outra. Assim, quanto maior a desigualdade social, maior o valor apresentado pelo índice.

Gráfico 10 - Crescimento dos rendimentos por décimos da distribuição (do décimo mais pobre ao décimo mais rico)



Fonte: IBGE/PNAD 2004 -2006. Elaboração: IPEA.

De 2001 a 2004, os 70% mais pobres ganharam, ao passo que os 10% mais ricos perderam rendimentos. A situação ideal é que todos ganhem, mas os pobres ganhem mais. A partir de 2004, isso passou a ocorrer – todos os décimos da distribuição auferiram aumento em suas rendas, mas nos inferiores esse aumento foi maior. No primeiro décimo da distribuição, houve ganhos de 23,4% entre 2004 e 2006. No segundo, de 21,8%. E no terceiro, de 20,8%. Já no último décimo da distribuição, onde a renda é maior, os ganhos foram de 14,2% no mesmo período. (Gráfico 10)

O crescimento com distribuição de renda resulta na redução da pobreza e pobreza extrema. Apesar da queda na desigualdade, tanto a pobreza como a pobreza extrema não caíram até 2003, devido ao fraco crescimento da economia. Mas, a partir de 2004, ambas começaram a cair fortemente: a pobreza extrema caiu 4,9 pontos percentuais/ano e a pobreza, 2,7 pontos/ano. A esse ritmo deixaremos a pobreza extrema em níveis residuais em outros quatro anos.

Dado que se vive um momento virtuoso de redução de desigualdade e aumento na renda, as duas perguntas que ocorrem imediatamente são: quanto falta para alcançar uma distribuição de renda desejável e o que se deve fazer para tanto? A resposta à primeira pergunta depende, é claro, do que é considerada uma distribuição de renda

desejável. A tabela 7 (a seguir) mostra coeficientes de Gini para alguns países que podem servir de referência.

Tabela 7 – Coeficiente de Gini para diversos países

País	Gini	Distancia	Anos para o Brasil alcançar	Data	Fonte
Estados Unidos	46.6	9.3	14	2001	Census Bureau
México	46.0	9.9	14	2004	INEGI
Uruguai (melhor da América Latina)	44.9	11.0	16	-	PNUD
Canadá	39.3	16.6	24	2004	Statistics Canada
Portugal (pior da Europa)	38.5	17.4	25	-	PNUD
Inglaterra	37.0	18.9	27	-	
Dinamarca (melhor do mundo)	24.7	31.2	45	-	PNUD

Pode-se tomar como parâmetro o Canadá – um país grande como o Brasil, federativo e com grande diversidade em sua população. No entanto, a desigualdade da distribuição de renda per capita no Canadá é quase 17 pontos de Gini abaixo da nossa, o que quer dizer que o Brasil terá que manter o ritmo de queda no Coeficiente de Gini por duas décadas e meia.

O que fazer para chegar ao nível de desigualdade do Canadá? A resposta encontra-se na Tabela seguinte, que mostra o grau de concentração de cada tipo de renda e o seu peso na renda total.

Tabela 8 – Coeficientes de concentração e peso de diversos tipos de renda

Sem área rural da região norte

	Coeficiente de concentração					
	Renda total	Renda trabalho	doPrevidência total	Previdência a > SM	Previdência a = SM	Outras rendas (BF)
2006	54.87	55.24	56.60	71.76	14.90	41.44
2005	55.54	55.35	57.68	72.70	13.21	49.01
2004	55.80	55.60	58.35	72.93	10.80	47.23
2003	57.01	56.71	58.16	73.27	10.74	57.10
2002	57.65	57.26	58.20	73.15	7.35	62.57
2001	58.30	57.80	59.26	72.46	8.62	64.30

Renda média						
2006	100.0%	76.0%	19.4%	14.2%	5.2%	4.6%
2005	100.0%	76.0%	19.7%	14.7%	5.0%	4.3%
2004	100.0%	76.4%	19.5%	14.9%	4.6%	4.1%
2003	100.0%	76.7%	19.8%	15.0%	4.8%	3.5%
2002	100.0%	77.4%	18.6%	14.4%	4.2%	4.0%
2001	100.0%	78.0%	18.5%	14.7%	3.8%	3.5%

Fonte: IBGE/PNAD 2001-2006. Elaboração: IPEA.

Há duas fontes para a redução da desigualdade de 2001 a 2006. A primeira é uma redução paulatina da concentração da renda do trabalho. Sendo a renda do trabalho responsável por 76% da renda das famílias, seu comportamento é fundamental na determinação da desigualdade da renda total.

Uma segunda é uma redução na concentração da renda da seguridade social, que resulta de um aumento no peso dos benefícios previdenciários indexados ao salário mínimo. Há também aumento no peso e uma forte desconcentração da categoria "outras rendas", onde se encontra o programa Bolsa Família. (Tabela 7)

Reduções continuadas e duradouras na desigualdade envolvem melhorias em duas frentes: tanto em uma melhor distribuição da renda do trabalho, como em um sistema de seguridade que transfira renda dos mais ricos para os mais pobres. E, de acordo com a PNAD, desde 2004, o Brasil vem conseguindo avançar de forma consistente nas duas frentes.